

## TAXA DE DESEMPREGO DE LONGO PRAZO NO ESTADO DE GOIÁS

Alex Felipe Rodrigues Lima<sup>1</sup>

### Contexto

O IMB/SGG divulga a **Taxa de Desemprego de Longo Prazo (TDLP)** utilizando os dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PnadCT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse indicador é inspirado na publicação realizada pela Secretaria de Política Econômica (SPE/ME)<sup>2</sup>, na qual abordou o tema em nível brasileiro e revelou a trajetória do indicador, assim como o perfil das pessoas que estão em situação de desocupação de longo prazo.

Dessa forma, o IMB/SGG, que tem como objetivo proporcionar uma visão de longo prazo para o Estado de Goiás, mensurou esse importante indicador para o Estado de Goiás, com a finalidade de revelar a situação goiana e direcionar políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho.

Assim, com a divulgação desse informe, o IMB/SGG atinge o referido objetivo, uma vez que essa temática do desemprego no longo prazo tem uma importância fundamental na população. Pois esse indicador pode fornecer evidências sobre um cenário futuro das condições de vida da população.

Porém, antes de entrar na metodologia e nos resultados, faz-se necessário uma contextualização sobre o tema, para que seja entendida a importância do indicador. Menezes-Filho e Pichetti (2000) discute o tema relacionado ao tempo de desemprego, podendo ser uma *proxy* do tempo de procura de emprego e revela que a questão da duração do desemprego é tão relevante quanto a incidência do desemprego, porém, era pouco estudada. Os autores também demonstram que essa questão se relaciona diretamente com o bem-estar do trabalhador, pois depende muito mais do tempo em que ele fica desempregado do que do mero fato de ele estar ou não empregado.

---

<sup>1</sup>Pesquisador em Estatística E-mail: [alex.rlima@goias.gov.br](mailto:alex.rlima@goias.gov.br)

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nt-caracterizacao-da-taxa-de-desemprego-de-longo-prazo-brasileira.pdf>.

Outro ponto elencado se dá em termos de política econômica, pois é importante diferenciar uma situação em que o aumento da taxa de desemprego ocorre via aumento de incidência com duração constante, de uma situação de aumento de duração com incidência constante. Isso apontaria para o surgimento de um grupo específico de desempregados de longo prazo, que precisa da atenção especial dos gestores das políticas públicas, relacionadas à inserção no mercado de trabalho.

A importância de mensuração do indicador transcorre da necessidade de construir políticas públicas focadas na redução de tal fenômeno, uma vez que segundo Ball e Mankiw (2002), a importância também reside na relação positiva entre tempo de desocupação e perda de capital humano, de modo que, quanto mais tempo uma pessoa fica em situação de desemprego, maior será a perda de capital humano e, conseqüentemente, menor a chance de se recolocar no mercado de trabalho. Em outras palavras Layard, Nickell e Jackman (1991) revela que a perda de capital humano torna os trabalhadores menos atraentes para o mercado de trabalho, bem como reduz sua busca por uma nova ocupação no mercado de trabalho, à medida que se habitua a estar desocupados.

O Ipea (2022)<sup>3</sup> também tratou desse tema, nesse ano, e revelou o grande destaque desse indicador em nível internacional pós-pandemia. O estudo mostrou que

Dados do Bureau of Labor Statistics indicam um crescimento expressivo dessa taxa na composição do desemprego total norte-americano. Antes da pandemia, o desemprego de longo prazo representava 19% da taxa de desemprego total, passando para 42% em 2021.

Por fim, segundo a SPE (2021), para a economia a TDLP é importante, pois indica tanto o nível e o tempo de ociosidade de uma economia, quanto aponta a perda de produtividade dentro do ciclo econômico.

### ***Definição da Taxa de desemprego de Longo Prazo***

Segundo a SPE (2021), a Taxa de Desemprego de Longo Prazo (TDLP) é definida pela situação de desocupação e o tempo de procura de emprego superior a 2 anos. Ou seja, ela é caracterizada quando uma pessoa em situação de desocupação procura emprego a mais de 2 anos. Vale ressaltar que quando

<sup>3</sup> [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11120/1/n\\_01\\_Comentarios.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11120/1/n_01_Comentarios.pdf)

o tempo de procura por emprego é inferior a 1 ano, tem-se o desemprego de “curta-duração”.

Dessa forma, para calcular tal indicador, utiliza-se os dados trimestrais da PnadCT. Segundo o IBGE<sup>4</sup>, essa base de dados visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Vale ressaltar, também, que entre o 2º trimestre de 2020 e o 1º de 2022 não foi possível calcular a TDLP, pois não foi disponibilizado as informações relacionadas ao tempo de procura por emprego.

A PnadCT fornece informações relacionadas a situação de desocupação e ao tempo de procura separada em 4 categorias: “Menos de 1 mês”, “De 1 mês a menos de 1 ano”, “De 1 ano a menos de 2 anos” e “2 anos ou mais”. Diante disso, os resultados apresentados são relacionados à decomposição da Taxa de Desocupação em quatro grupos relacionados ao tempo de procura de emprego, dentre eles a TDLP, e ao ranking por Unidade da Federação.

### **Resultados**

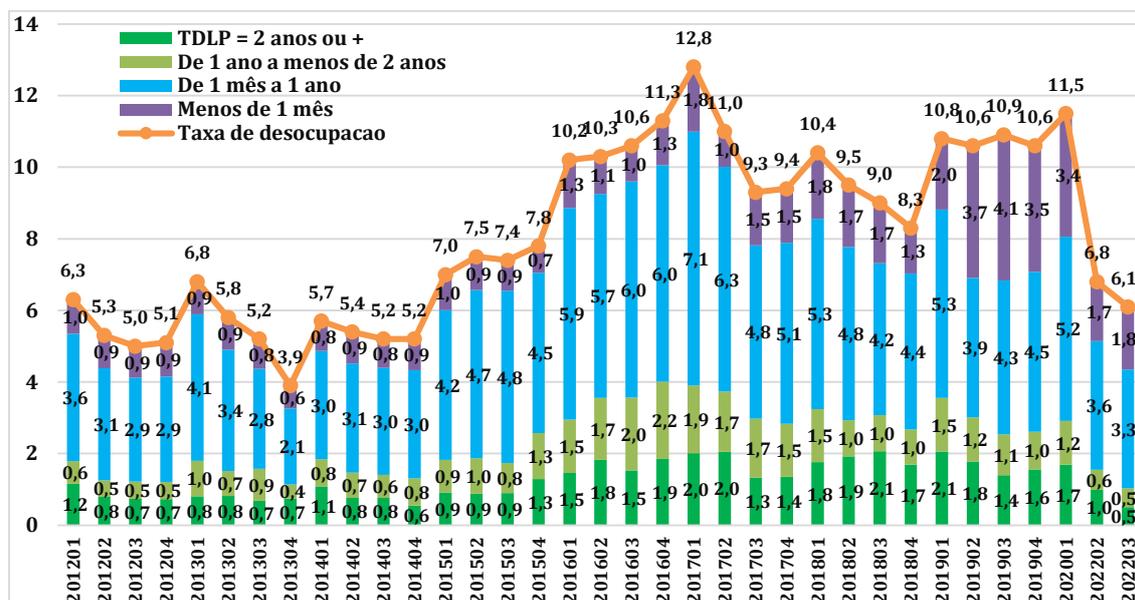
O Gráfico 1 apresenta a série histórica da Taxa de Desocupação e de suas desagregações, de acordo com o tempo de procura por emprego, das quais se destaca a TDLP. Em linhas gerais, nota-se que a Taxa de desocupação do Estado de Goiás está no menor patamar desde 2014. Na análise dos componentes, destaca-se, independentemente do trimestre e ano analisado, o tempo de procura entre 1 mês a 1 ano com a maior importância.

Com relação a TDLP, nota-se que antes do período pandêmico esse indicador assumiu o maior patamar no ano de 2017 atingindo a taxa de 2,0%. O dado mais recente (3º trimestre de 2022) revela que temos o menor valor de toda a série histórica disponível. Quando se compara esse trimestre com o 1º trimestre de 2020 observa-se uma queda de 1,2 p.p aproximadamente.

---

<sup>4</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>

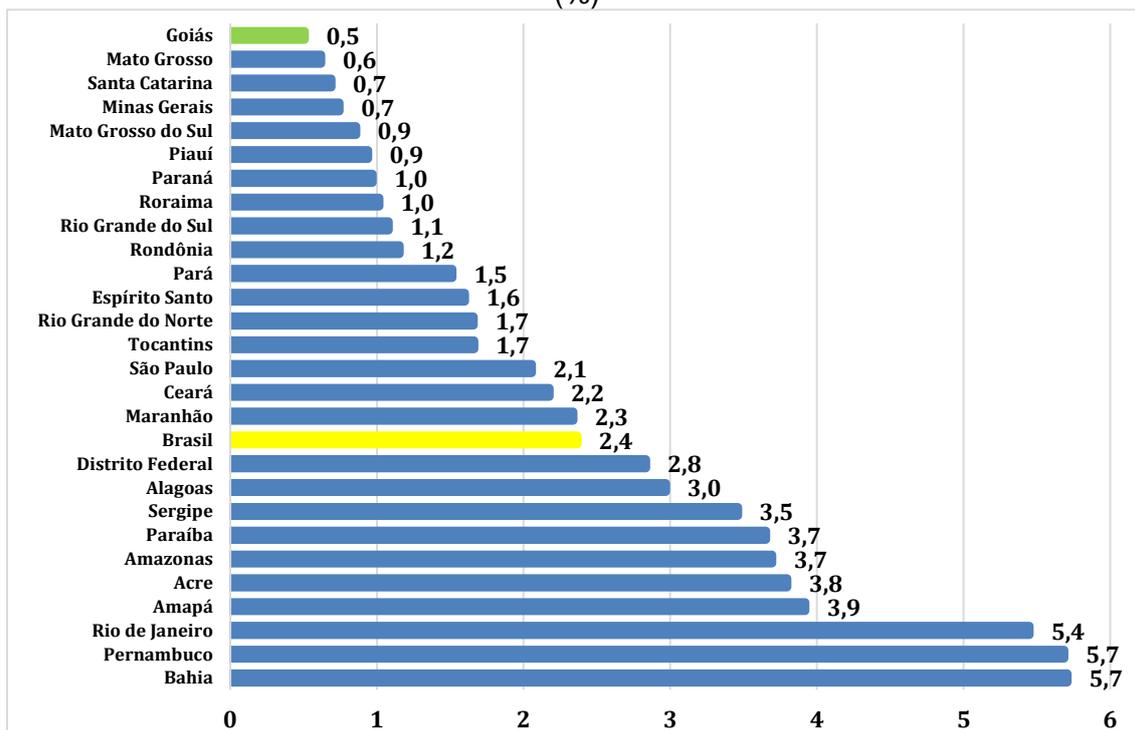
Gráfico 1: Série histórica da Taxa de desemprego a Longo Prazo do Estado de Goiás



Por fim, com relação ao ranking entre as unidades da federação, no 3º trimestre de 2022, o Estado de Goiás se destacou em nível nacional, com o menor valor (0,5%) entre todos os estados brasileiros (Gráfico 2). Goiás saiu da quinta posição no trimestre anterior (TDLP=1,0%) para a liderança (Gráfico 4), graças à queda de 0,5 p.p no indicador, entre os referidos trimestres (Gráfico 3).

Nesse sentido, destacam-se todos os estados da região Centro-Oeste, que são 3 (além de Goiás, há Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), dentre as 5 melhores posições. Por outro lado, os estados brasileiros que tiveram os maiores índices no 3º trimestre de 2022 foram: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, com valores superiores a 5,0%.

Gráfico 2: Ranking por Unidade da Federação para o 3º trimestre de 2022 da TDLP (%)



## Considerações Finais

A construção de indicadores para construção, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas é de grande necessidade para os gestores públicos. Nesse sentido, a divulgação dos resultados da TDLP é de grande valia para a gestão pública estadual, uma vez que os gestores terão conhecimento do comportamento do indicador ao longo do tempo, tendo um subsídio para construção, melhoria e análise das ações governamentais relacionadas ao tema.

Ainda, a relevância do tema abordado ocorre por se tratar de um estudo sobre de um grupo de trabalhadores que estão numa situação complexa, pois estão experimentando um desemprego de longo prazo. Isso faz com que eles necessitem de apoio governamental, principalmente, relacionado à capacitação profissional, de modo a se atualizarem em termos técnicos e tecnológicos. Assim, isso pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, com a finalidade de sair do efeito de inércia, relacionado a fatores como perda de interesse por parte do trabalhador e da perda de competitividade.

Em linhas gerais, os resultados apontaram que, na comparação com outras Unidades da Federação, o Estado de Goiás possui uma situação

favorável, atingindo o menor índice em nível nacional no 3º trimestre de 2022. Vale ressaltar que nesse trimestre a TDLP atingiu o menor valor de toda a série histórica.

Nesse sentido, vale destacar as ações do Executivo Estadual que tiveram o objetivo de fornecer capacitação profissional, inclusive com pagamento de bolsa para qualificação profissional, o direcionamento para o mercado de trabalho e disponibilização de crédito para empreendedores.

Dada a importância do tema, a próxima publicação relacionado à TDLP trará o perfil da população nessa situação, assim como a atualização do indicador e a situação no cenário nacional.

## Referências

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino; PICCHETTI, Paulo. **Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo**. (2000).

**Secretaria de Política Econômica, Ministério da Economia**. Caracterização da taxa de desemprego de longo prazo brasileira. Nota técnica, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nt-caracterizacao-da-taxa-de-desemprego-de-longo-prazo-brasileira.pdf>. Acesso em: 23/11/2022

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. **Comentários sobre o desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro e a taxa de desemprego de longo prazo**. (2022). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11120/1/n\\_01\\_Comentarios.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11120/1/n_01_Comentarios.pdf). Acesso em: 22/11/2022

Layard, Richard; Nickell, Steven e Jackman, Richard. **Unemployment: macroeconomic performance and the labour market**. Oxford University Press, 1991.

Ball, L. e Mankiw, N. G. The NAIRU in **theory and practice**. Journal of Economic Perspectives, 16 (4), 115-136, 2002.

**Anexos**

Gráfico 3: Ranking por Unidade da Federação para o 2º trimestre de 2022

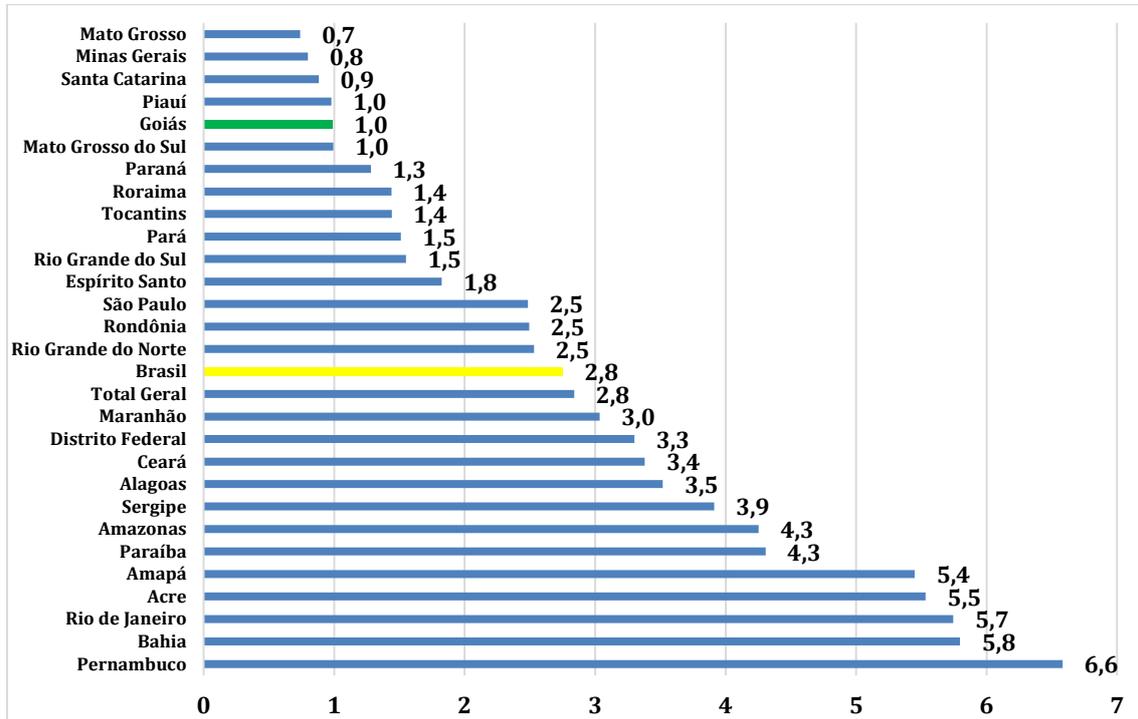


Gráfico 4: Posição do Estado de Goiás no ranking por Unidade da Federação entre o 1º trimestre de 2012 e o 3º trimestre de 2022

